

Educação Escolar Quilombola: um desafio na formação e na prática de professores/as

Quilombola School Education: a challenge in the education/development and practice of the teacher

Waldecir Ferreira Chagas¹

ABSTRACT: As lutas das populações negras no Brasil desde outrora tem provocado mudanças na forma de o Estado brasileiro efetivar políticas públicas, sobretudo, quando em 2002 um governo de orientação popular assumiu-o e passou a implantar políticas de promoção da igualdade racial. Nessa perspectiva as políticas públicas para as populações negras ganharam visibilidade, a exemplo do acesso à terra onde nasceram já garantidos pelo artigo 68 da Constituição de 1988. A partir de então, as comunidades quilombolas passaram a exigir escolas que garantam aos seus filhos/as educação fundamentada nos seus valores, práticas e princípios. Isso levou o governo brasileiro a regulamentar a educação escolar quilombola como modalidade na educação básica. No entanto, implementá-la se tornou desafio para gestores/as e professores/as, dado o distanciamento entre sociedade e comunidades, e nem sempre fundar escolas nas comunidades quilombolas é a garantia de que a educação escolar quilombola esteja efetivada. Nesse sentido o nosso objetivo neste trabalho é analisar/discutir a formação e a prática de professores/as na EMEF Prof.^a Antônia do Socorro Silva Machado; instituição localizada na comunidade remanescente quilombola de Paratibe na cidade de João Pessoa-PB e identificar a efetivação ou não da educação escolar quilombola. Para tanto, observamos a prática pedagógica cotidiana de professores/as e alunos/as na lida com os conteúdos em sala de aula, o PPP da escola, e a formação continuada de professores/as. A educação escolar quilombola é um processo lento e gradual que se constrói cotidianamente na relação entre escola e comunidade, porém para efetivá-la é indispensável à presença dos gestores, visto tratar-se de uma política pública.

PALAVRAS-CHAVE: educação, educação escolar quilombola, políticas públicas.

RESUMO: The struggles of black populations in Brazil have provoked changes in the way that Brazilian State implements public policies, above all, in 2002 when a government of popular orientation took over and began to implement policies to promote racial equality. In this perspective, public policies for black populations gained visibility, such as access to land where they were born and guaranteed by article 68 of the 1988 Constitution. The quilombola communities began to demand schools that guarantee their children / education based on their values, practices and principles. This led the Brazilian government to regulate quilombola school education as a modality in basic education. However, implementing it has become a challenge for directors and teachers, given the distance between society and communities, and not always founding schools in quilombola communities is the guarantee that quilombola school education will be carried out. In this sense our objective in this work is to analyze / discuss the education/development and the practice of teachers in EMEF Prof.^a Antônia do Socorro Silva Machado; institution located in the quilombola remaining community of Paratibe in the João Pessoa-PB city and identify the effectiveness or not of

¹ Professor de História da África, Universidade Estadual da Paraíba, Campus Guarabira - waldecifc@gmail.com



quilombola school education. In order to do so, we observe the daily pedagogical practice of teachers and students with programmatic contents in the classroom, the PPP of the school, and the continued education/development of teachers. Quilombola school education is a slow and gradual process that is built on the relationship between school and community daily, but to make it effective it is indispensable to the presence of directors, taking into account that it is a public policy.

KEYWORDS: education, quilombola school education, public policies.

Introdução

As transformações pelas quais o mundo vem passando desde a transição do século XIX para o XX repercutiu em todas as sociedades mundiais, uma das características desse período foi a ascensão de grupos antes alijados do poder e dos direitos sociais na busca por melhores condições de vida.

Essa realidade não foi diferente no Brasil, nação formada por negros/as, brancos/as e indígenas. No entanto, enquanto civilidade, a sociedade brasileira pautou-se nos valores da cultura cristã europeia e excluiu as culturas africanas e indígenas. Embora essa medida tenha representado uma tentativa de silenciá-los das instancias sociais, políticas e culturais nem sempre isso foi possível, uma vez que tais populações resistiram através das diversas estratégias.

Livres do cativeiro homens e mulheres negras não foram inseridas na sociedade moderna, mas jogados as expensas da própria sorte. Isso os levou a se organizar nos terreiros de candomblé e umbanda, mais, sobretudo, nas comunidades negras rurais e urbanas. Nesses espaços os elementos culturais trazidos da África, e reinventados desde a época do cativeiro se constituíram a principal base de sustentação e manutenção dessa gente, o que fez com que esses espaços se tornassem territórios de resistências, porém seus moradores foram mantidos as margens da sociedade. Por essa razão, as práticas culturais, saberes e fazeres da gente negra nem sempre foram valorizados pelas instituições, a exemplo dos meios de comunicações, a escola, e o estado. A condição de marginalizados a que foram submetidos os levou a se manterem mobilizados, organizados e atentos, sobretudo, reivindicando do Estado, a garantia dos seus direitos, escritos na Constituição Federal de 1988, mas ainda negligenciados pelos governantes. Isso fez com que o Brasil tenha chegado ao século XXI sem ter garantido as populações negras, sobretudo, aos quilombolas o direito de elas permanecerem no território onde nasceram e de terem acesso à escola e a educação concernente as suas práticas e culturas.

Por isto, neste trabalho nos atemos a discutir sobre como está se efetivando a educação escolar quilombola na EMEF Prof^a Antônia do Socorro Silva Machado; instituição localizada



na comunidade remanescente quilombola de Paratibe, na cidade de João Pessoa. Trata-se de uma comunidade quilombola urbana, de cuja pauta de reivindicação faz parte a garantia do direito ao território, a educação e a valorização das suas práticas culturais. Nesse sentido discutimos quais são os desafios enfrentados por professores/as e gestores/as para implementar nessa escola essa modalidade de educação? Quais os problemas enfrentados e que lições foram aprendidas que tem possibilitado aos/as professores/as e gestores/as refazerem suas práticas cotidianas em sala de aula?

Comunidades Quilombolas, Territórios de Resistências

Geralmente as comunidades quilombolas estão localizadas em áreas outrora consideradas de difícil acesso, e que não despertava o interesse do capital financeiro, Paratibe se insere nesse contexto, no entanto, essa característica não é regra quando a discussão é comunidade quilombola.

A Comunidade Negra de Paratibe está localizada no sul de João Pessoa, no termo da capital, fazendo divisa com o município do Conde. Até o asfaltamento da Rodovia Estadual denominada PB-008, em 2002, Paratibe era mais uma comunidade rural, cujo acesso se dava por meio de uma estrada carroçável. Antes da abertura da estrada, os moradores contam que o que existia era um “caminhozinho” que não passava carro. Hoje, Paratibe é um bairro e possui duas vias de acesso: uma pelo Bairro de Valentina, ou seja, por dentro da cidade, e outra pela PB-008, como já foi mencionado anteriormente (GONÇALVES, 2010, p.16)

A partir dos anos 1970 com o *boom* da urbanização e a expansão do agronegócio no campo, as terras antes consideradas sem valor, e desde o século XIX ocupadas pelas comunidades negras rurais passaram a ser atrativas. Em meio a essa realidade a gente negra começou a perder espaço, ainda que o Estado brasileiro, a partir de 1988 tenha passado a reconhecer os seus direitos, na prática nem sempre os garantiu.

A história do território de Paratibe se insere nesse contexto, visto a época de reconhecimento e delimitação, os antigos moradores/as, terem preferido perder parte das terras que lhes pertenciam e estavam ocupadas pelo capital financeiro a amargar a espera de um processo de desapropriação longo e demorado que se arrastaria por vários anos nas mesas do judiciário brasileiro. De acordo com Gonçalves (2010)

A comunidade negra de Paratibe entendeu que boa parte de seu território ancestral estava perdido, pois não tinha intenção de passar anos aguardando processos de desapropriação de condomínios e loteamentos inteiros, localizados na comunidade. Devido a isso, o território do Quilombo de Paratibe não é contínuo, mas cortado por



algumas ruas e construções que não fazem parte dele. Em primeiro lugar, a comunidade reivindicou todas as áreas dos núcleos familiares que pertenciam ao quilombo (ver mapa em anexo), sobre as quais alguns tinham usucapião (GONÇALVES, 2010, p.99)

Hoje, a efetivação do direito a terra representa para as comunidades quilombolas livrar-se da opressão, no entanto, ainda não é a garantia da cidadania plena, sobretudo, porque a delimitação do território nem sempre vem acompanhada dos direitos básicos, a exemplo do acesso aos serviços de saúde, educação, transporte, condições de produção, e lazer.

Após a delimitação do território, as reivindicações continuam com o propósito de garantir aos quilombolas direitos, ou seja, a discussão é ampliada e passa a ser pela garantia de vida digna. Essa não é uma discussão fácil, pois passa pela relação de poder; e na correlação de força que envolve comunidade, Estado e judiciário, nem sempre as deliberações sejam dos governantes ou do judiciário são tomadas de modo a beneficiar a comunidade.

Historicamente os territórios quilombolas foram invadidos pelo capital, motivados, sobretudo, pela especulação imobiliária e o agronegócio, isso porque são áreas que agregam diversos recursos e passaram a ter valor no mercado imobiliário ou agroindustrial.

Por isso, desde os anos 1980, com a ascensão de novas expressões dos movimentos negros, a demarcação dos territórios quilombolas passou a ser a principal reivindicação das comunidades quilombolas, conforme está evidenciado na pauta dos quilombolas de Paratibe, desde a época da demarcação do seu território:

A comunidade também reivindica os espaços maiores como as granjas e chácaras, que ainda guardam áreas verdes e espaços livres de construção, e que por isso mesmo podem tirar a comunidade do “aperto” em que se encontra hoje, sem lugar para equipamentos comunitários e de lazer, sem espaços livres para a formação de sítios e pequenas roças e para a circulação livre dos moradores (GONÇALVES, 2010, p.100).

A delimitação e reconhecimento do território quilombola pelo governo brasileiro não é a garantia de condições para as famílias viverem dignamente e nem a regularização total do território; comumente esse processo se faz com perdas para as comunidades e em benefício do capital. Na comunidade de Paratibe não foi diferente, pois na época de discussão do reconhecimento e delimitação, a comunidade preferiu perder território a esperar que o processo de desapropriação de terras invadidas por estranhos se alastrasse por longos anos no debate com as imobiliárias e o judiciário acerca da legitimidade e legalidade dessa comunidade na posse do território que há anos as famílias ocupavam.



Todavia, não basta apenas à delimitação e reconhecimento da comunidade como remanescente quilombola, se faz necessária à titulação do território por órgãos institucionais da União, o que garante as famílias o título de proprietárias. Esse processo é realizado pelo INCRA, e o primeiro passo é a elaboração do Relatório Técnico de Identificação (RTID). Essa etapa é longa e demorada, o que faz com que do montante das comunidades reconhecidas e certificadas, poucas tenham seus territórios regularizados. Na Paraíba essa realidade não é diferente, das 40 comunidades quilombolas, 39 são certificadas pela Fundação Palmares, uma está em processo de autorreconhecimento. Porém².

Destas, 28 comunidades têm processos abertos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a regularização dos seus territórios. O primeiro passo deste processo consiste na realização do relatório técnico de identificação (RTID) elaborado por antropólogos. Até meados de abril de 2012, foram concluídos e publicados nos Diários Oficiais do Estado e da União, os RTID's de Senhor do Bonfim (Areia); Matão (Gurinhém); Comunidade Urbana do Talhado (Santa Luzia), Grilo (Riachão de Bacamarte) e Pedra D'Água (Ingá). Também, foi concluído e está na espera de publicação o RTID da comunidade de Paratibe (João Pessoa)³.

Portanto, a certificação da comunidade pela Fundação Palmares não é a garantia sobre o território; esse processo só se conclui com a titulação, ou seja, a regularização da terra, o que incide na entrega a comunidade do título de propriedade aos quilombolas. A garantia desse direito se somam outros, a exemplo do acesso aos serviços de educação e saúde.

Todavia, do ponto de vista jurídico e político alguns passos importantes foram dados com vistas a atender a pauta de reivindicações das comunidades quilombolas no que diz respeito à educação, sobretudo, quando em 2003 o Estado Brasileiro, passou a ser chefiado por um governo de tendência democrática e popular. A partir de então, teve início a discussão e elaboração de políticas de ações afirmativas para as populações negras nas áreas de educação, saúde, geração de renda, moradia, e lazer, o que os beneficiou.

Como resultado das mobilizações, organizações e reivindicações dessas comunidades e dos movimentos sociais negros, em 2003 o governo federal promulgou a lei 10.639/2003, tal lei garante a obrigatoriedade de as escolas públicas e particulares da educação básica implementar no currículo escolar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana. Essa lei alcançou os quilombolas e se constituiu numa oportunidade de gestores/as e professores/as das escolas localizadas nessas comunidades de discutirem o currículo e assim

² Conforme Mapa dos Quilombos da Paraíba. Disponível em <http://quilombosdapaiba.blogspot.com.br/p/mapas.html>. Acesso em 28/01/2018.

³ Conforme Mapa dos Quilombos da Paraíba. Disponível em <http://quilombosdapaiba.blogspot.com.br/p/mapas.html>. Acesso em 28/01/2018.



pensarem e construirão-no a partir de suas histórias e culturas, ou seja, dos seus saberes e fazeres, rompendo assim com a prática pedagógica pautada no eurocentrismo, o que por muito tempo contribuiu para excluir as histórias e culturas afro-brasileiras e africanas das escolas públicas onde a maioria das crianças e jovens é negra.

Não bastou a lei 10.638/2003, e como resultante das reivindicações dos movimentos negros e quilombolas em 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Esse documento é importante, visto tratar dos pressupostos históricos, sociais e filosóficos que justificam a implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. Por sua vez se constituem uma orientação relevante aos/as gestores/as escolar e professores/as, pois a partir de então, esses profissionais passaram a dispor de autonomia e o poder de construir um currículo escolar compatível com as demandas das populações negras e quilombolas.

No intuito de implementar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar e no sistema nacional de ensino a educação das relações étnico-raciais, em 2013, dez anos após a promulgação da lei 10.639/2003, o governo brasileiro através do MEC lançou o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Um dos objetivos desse plano e que se coaduna com as reivindicações dos movimentos sociais negros e quilombolas é:

a) Cumprir e institucionalizar a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, conjunto formado pelos textos da Lei nº 10.639/03, Resolução CNE/CP nº 01/2004, Parecer CNE/CP nº 03/2004, e da Lei nº 11.645/08 (BRASIL, 2013, p.19).

O Plano Nacional é um documento relevante, porque nele estão definidas as atribuições de cada órgão gestor educacional, assim como o que deve ser discutido em cada modalidade de ensino, e as atribuições dos profissionais da educação por modalidade nas instituições de ensino, as quais são responsáveis pela implementação da educação étnico-racial. Esse documento ainda definiu a educação escolar quilombola enquanto prática educacional diferenciada na educação básica a atender as escolas quilombolas. De acordo com esse documento:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo



pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (BRASIL, 2013, p.59).

Se a lei 10.639/2003, e as diretrizes curriculares em 2004 contemplaram as escolas quilombolas, o plano nacional de implementação das diretrizes solidificou essa questão, à medida que definiu o fazer de gestores/as e professores/as com relação a essas escolas, ou seja, redefiniu os caminhos que a educação nas escolas quilombolas deve seguir. De acordo com esse documento, a educação nas escolas quilombolas deve:

h) Incentivar a relação escola/comunidade no intuito de proporcionar maior interação da população com a educação, fazendo com que o espaço escolar passe a ser fator de integração comunitária (BRASIL, 2013, p.60).

Os documentos oficiais a que nos referimos anteriormente, os quais foram construídos a partir das pautas dos movimentos negros e quilombolas, são elucidativos que do ponto de vista político e jurídico houve avanço por parte da União em prol da garantia dos direitos das populações negras. O que dizer da efetivação desses direitos na prática, ou seja, no chão da escola? Eis a questão que passaremos a discutir a partir das práticas desenvolvidas por professores/as na Escola Municipal de Ensino fundamental Professora Antônia do Socorro Silva Machado; instituição localizada na comunidade de Paratibe.

Escola e Educação Escolar Quilombola

A história das populações negras no Brasil seja no espaço urbano ou rural tem como reivindicação central a educação, uma evidencia de que desde outrora essa gente compreendeu a educação como importante meio de inserção e sociabilidade. De acordo com Carril (2017): “a educação e o acesso à escolarização são direitos acalentados entre os afro-brasileiros, desde a escravidão, tornando-se ponto central para alcançarem a emancipação” (CARRIL, 2017, p. 542).

Se as populações negras pensaram assim, os governantes e a sociedade, desde outrora agiram na contramão desse processo, à medida que negligenciaram a possibilidade de crianças, jovens, homens e mulheres negras frequentarem a escola.

O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da



discriminação e do racismo que atinge a população afro-descendente brasileira até hoje. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares (CARRIL, 2017, p. 542).

Na contemporaneidade quando nos voltamos para a realidade das comunidades quilombolas, observamos que a educação ainda não é um direito assegurado às crianças e jovens que nelas vivem, visto que a construção de escola ainda está na pauta de reivindicação das comunidades, mas nem sempre é prioridade dos governantes. De acordo com os dirigentes da Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-descendente (AACADE):

Nem todas as comunidades possuem uma estrutura escolar. Onde existe, na maioria dos casos, a estrutura é precária, quase sempre inadequada para o número de alunos, faltando frequentemente à água. A maioria destas escolas adota o regime multisseriado e, por consequência, a qualidade do ensino está muito abaixo da média nacional. Com efeito, quase 56% dos quilombolas são analfabetos ou analfabetos funcionais (sem instrução ou com primário incompleto). Acrescenta-se ainda que 12% tem o primário completo, somente 5% o ensino fundamental completo e 6% o ensino médio (CARRIL, 2017, p. 542)

Ainda que nas comunidades existam escolas, nem sempre essa instituição mantém uma prática pedagógica quilombola, o que faz com que nelas não se materialize a educação escolar quilombola. Mas afinal, o que é educação escolar quilombola? Trata-se de uma modalidade da educação básica, e se concretiza quando professores/as e gestores/as, ou seja, a escola mantém permanente diálogo com a comunidade, uma vez que para sua efetivação é indispensável:

[...] ouvir as comunidades remanescentes de quilombos a fim de conhecer os diferentes pontos de vista, explicitar, conceituar e regular a educação escolar quilombola como modalidade da educação básica. Esse processo poderá contribuir não só para definir melhor o que, de fato, chamamos de Educação Escolar Quilombola, bem como orientará a gestão pública e os sistemas de ensino em relação às necessidades dessa modalidade, tais como: financiamento, arquitetura escolar, condições de trabalho do professor, formação de professores, alimentação escolar, formas de ensinar e aprender e o processo didático-pedagógico. Assim, para garantir a educação



escolar quilombola como um direito, o poder público deverá implementar políticas públicas em articulação com o movimento quilombola (BRASIL, 2011, p. 15).

Das Diretrizes para a Educação Escolar Quilombola se depreende que a educação escolar quilombola consiste num processo de democratização da escola em articulação com as comunidades e suas lideranças, uma vez que da sua construção todos participam, sobretudo, porque essa modalidade de educação deve ser concebida como uma política pública destinada às comunidades quilombolas. Não pode ser pensada como obra da vontade de um segmento isolado, mas de todos que compõem a escola e a comunidade, sobretudo, porque professores/as e gestores/as nem sempre são da comunidade, e por isso, precisam conhecê-la nos seus diversos meandros para que possam então definir o que é necessário os alunos/as aprenderem.

Desta feita, a educação escolar quilombola ao lado da questão territorial é uma reivindicação que movimenta a agenda política dos quilombolas e se constituem condições indispensáveis à sua manutenção, pois só através do acesso a terra e da escolarização é possível manter suas culturas. Por isso:

Há interesse por parte das lideranças quilombolas em projetos de escolarização de adultos em seus sítios de moradias, sobretudo quando estão próximos de instituições de ensino superior e escolares da educação básica. Como as crianças moradoras de quilombos, muitas delas, já se encontram nas escolas da região, a preocupação tem sido a invisibilidade no espaço escolar e nos currículos trabalhados por seus professores de temas relacionados à cultura quilombola e afro-brasileira. Nesse sentido, há a necessidade de salvaguardar e reforçar a identidade cultural em ambientes escolares que, explicitamente ou não, podem vir a manifestar formas de preconceito e racismo e repensar processos educacionais que abarquem as comunidades quilombolas como elemento central de seus projetos (CARRIL, 2017, pp. 543/544).

Para além da construção de escolas nas comunidades é relevante que tais instituições mantenham um currículo que correspondam aos modos de ser, estar e fazer dos quilombolas. Ou seja, para que as escolas desenvolvam uma prática escolar quilombola, se faz necessário construir um currículo que reconheça e valorize os sujeitos a partir dos valores e práticas que eles possuem e expressam cotidianamente na relação entre si, e não do que eles possam vir a adquirir e ser. Nesse sentido, a educação escolar quilombola se evidencia de fato, à medida que professores/a e gestores/as:



- I - organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:
- a) da memória coletiva;
 - b) das línguas reminiscentes;
 - c) dos marcos civilizatório;
 - d) das práticas culturais;
 - e) das tecnologias e formas de produção do trabalho;
 - f) dos acervos e repertórios orais;
 - g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país;
 - h) da territorialidade (BRASIL, 2012, p.03).

Esse exercício é permanente, haja vista professores/as e gestores/as não pertencerem às comunidades, o que exige que democratizem as relações estabelecidas no espaço escolar, ou seja, da escola com a comunidade, sobretudo, refaçam seu olhar com relação à cultura e as práticas daqueles com quem lidam cotidianamente em sala de aula, e assim repensem os processos educativos a partir das demandas das comunidades.

Portanto, a educação escolar quilombola se trata de um processo longo e contínuo onde professores/as e gestores/as se refazem e as suas práticas, a medida que refletem-nas e reinvente-as, de modo a fazer a escola espaço de acolher as crianças, os jovens e adultos quilombolas, formando-os cidadãos, a partir dos referenciais das comunidades, o que contribui para respeitá-las como espaços de saber.

Educação Quilombola, e Educação Escolar Quilombola: “a Escola de Dona Toinha”

A discussão da educação escolar quilombola em Paratibe perpassa pela história de vida de “Dona Toinha”, como era conhecida a Senhora Antônia do Socorro Silva Machado. Essa senhora se formou professora primária, e devido à prática educativa que passou a manter junto a comunidade de Paratibe adquiriu notoriedade e respeito dos moradores. Por essa razão após falecer foi escolhida patrona e é o nome da primeira escola pública municipal construída na comunidade.

Antônia do Socorro Silva Machado nasceu na cidade de João Pessoa em 03 de março de 1930, filha de Olavo Pedro da Silva (Seu Olavo) e Maria da Luz (Dona Maria Gorda) (COSTA, 2016, p.76).

Devido ao domínio sobre a posse de terra que possuía em Paratibe, a família paterna da menina Antônia, os avós Pedro Silva⁴e Graciliana Maria da Conceição (Dinda Memê) tinham muita influência na localidade, sobretudo, no que diz respeito aos processos de uso,

⁴ Um dos cinco ramos familiares do grupo de quilombolas que na época da delimitação reivindicavam o território ancestral de Paratibe. Ver: GONÇALVES, Maria Ronizia Pereira. Relatório Técnico de Identificação (RTID) da Comunidade de Paratibe. João Pessoa: INCRA, 2011.



apropriação e negociação das terras, o que depois passou para seu pai, Seu Olavo, como era conhecido na época, pois foi quem passou a autorizar as pessoas que o procurava a acessarem a terra e nela construir moradia. Devido à fama de bem feitor, tradição que herdara do pai, nos “anos 1950/60, Seu Olavo passou a ser a pessoa que organizava o espaço territorial” e por isso, era considerado uma das lideranças locais (GONÇALVES, 2011, p. 57).

A tradição dos familiares paternos da menina Antônia no que diz respeito à posse e uso da terra e do que nela era produzida deu prestígio a sua família e garantiram-lhe condições de estudar e se formar, o que fez com que se deslocasse até a área central da cidade de João Pessoa onde tinha família, e lá cursasse o primário, o ginásio e o curso normal/pedagógico.

Desta feita em 1950, a jovem Antônia do Socorro Silva Machado era a única pessoa da comunidade que sabia ler e escrever, pois estava formada no curso normal/pedagógico e se tornara a primeira professora da comunidade de Paratibe, um orgulho para a família, sobretudo, para os comunitários (COSTA, 2016, pp. 77/78).

Por um longo período foi a única professora da comunidade, o que garantiu-lhe prestígio e respeito dos/as moradores/as, principalmente porque, na época (décadas de 1940/1950) frequentar a escola não era um direito garantido a todas as pessoas, uma vez que a escola pública não era acessível a todos/as os brasileiros/as; fossem elas pobres, negras e moradores/as de uma comunidade rural esse direito estava ainda mais distante de ser garantido.

A realidade vivida pela jovem Antônia e demais moradores de Paratibe, não se constituía um contrassenso para a recém-sociedade republicana, moderna e desenvolvimentista, mas demonstra tão somente que as populações negras, embora livres do cativeiro não foram incluídas nos projetos do Brasil República, uma vez que nos anos 1940/1950, Paratibe não dispunha de escola, serviço médico, meios de transportes, e o acesso era feito por estrada vicinal que os moradores/as chamavam-no, de caminhos.

Mulher negra e formada Professora primária no Brasil que há apenas 60 anos proclamara a república e a 61 abolira as pessoas negras da escravidão, a jovem Antônia e os demais moradores/as de Paratibe, apesar posseiros da terra onde moravam estavam à margem da sociedade e distante da garantia dos direitos básicos; uma evidência de que a república não fora proclamada para todos/as brasileiros/as e nem as pessoas negras foram consideradas cidadãs, visto estarem distantes dos direitos sociais básicos.

Essa condição a levou a forjar outro destino para se e a comunidade. Por isso, foi em busca do que lhes faltavam, a escola. A mulher negra e professora, a jovem Antônia sabia da importância da escola para a comunidade, sobretudo, para as novas gerações que estavam por vir.



Embora o contingente populacional de Paratibe fosse pequeno, as famílias tendiam a ter muitos filhos, pois só a jovem Antônia criara 08 sobrinhos; filhos de uma irmã que falecera. Portanto, em meio à realidade das famílias caracterizada pelo analfabetismo, a escola era necessária.

Por isso, a jovem e recém-formada professora Antônia não hesitou e por iniciativa própria abriu no quintal da casa onde morava no lugar chamado “Portela, próximo a Maribondo” uma escolinha, que logo passou a ser conhecida por “Escolinha de Dona Toinha”, e lá começou alfabetizar as crianças (CAVALCANTE, 2013, pp 99/100).

Tratou-se, portanto, de um projeto particular, motivado pelo desejo de colaborar com a comunidade a partir do que ela sabia fazer: ensinar as crianças a ler e escrever; competências que na época apenas a jovem Antônia possuía. A “Escolinha de Dona Toinha” era constituída de uma única sala de aula e todas as crianças, independentes do nível de escolaridade e da idade que possuíam estudavam juntas. As condições eram as mais precárias possíveis, pois dispunha apenas de uns “bancos de tábua com uma mesona, sem carteira” (COSTA, 2016, p. 82).

A pedagogia utilizada por “Dona Toinha” pautava-se na disciplinarização, condição indispensável a que os sujeitos dominassem a leitura, escrita, e as quatro operações matemáticas. Por isso, o bom comportamento e o domínio dessas competências era regra indispensável, e se tratava com castigo os que não correspondessem. Outro aspecto da sua pedagogia era o conhecimento que detinha dos/as aluno/as e das suas famílias, o que era facilitado devido o pequeno contingente de moradores da comunidade, e a aproximação com todos/as. Isso fazia com que quando os/as alunos/as faltassem ela fosse até as famílias saber o motivo das faltas e resolver o possível problema (COSTA, 2016, p.79).

Outra versão sobre a abertura da primeira escola em Paratibe é narrada pelo Senhor Eraldo Miguel da Silva, conhecido por Seo Kikil. A explicação desse Senhor sobre a fundação da primeira escola em Paratibe não desqualifica e não nega a importância da jovem Professora Antônia na abertura da escola nessa comunidade, apenas envolve seu pai, tio da professora e um vereador que na época, anos 1940/1950 costumava visitar essa comunidade, pois era candidato a Prefeito da cidade de João Pessoa. Segundo esse morador contou, tudo começou quando:

Um dia, um vereador que vinha aqui, se candidatou a Prefeito. Ele ia na nossa casa e o pai disse: 'o que nós tamo precisando aqui é uma escola e minha sobrinha sabe ensinar'. E ela só tinha até a 4ª série. Ele ganhou e fez a escola de taipa, no terreno do pai dela e o prefeito pagava aluguel ao pai. Os bancos eram de tábua com uma mesona, sem carteira. Eu estudei na escola com 7 a 8 anos. [...] Um dia, o prefeito mandou avisar que ia visitar a escola, aí ela mandou o



recado: "Tio Antônio manda os meninos prá escola que o prefeito vai visitar a escola". A escola ficava cheia. No outro dia, ia era pro roçado (GONÇALVES, 2011, p.74).

O depoimento do Seo Kikil é elucidativo de que a falta de escola na comunidade de Paratibe, desde outrora era uma preocupação dos moradores, também é revelador das redes de sociabilidade e arranjos políticos que eles engendravam com quem ocupavam o poder e podiam tomar decisões em favor da comunidade. As duas versões são reveladoras do papel que a jovem professora Antônia exerceu no processo de fundação da escola em Paratibe e de sua importância para a história da educação na Paraíba, sobretudo, na alfabetização de crianças negras numa comunidade negra remanescente quilombola.

Ainda que o prefeito da cidade de João Pessoa nos anos 1950 tenha colaborado com a edificação da "Escola de Dona Toinha", até 1970 pouca coisa mudou na infraestrutura dessa instituição, visto que continuou na condição de autônoma e vivia das doações que essa professora conseguia junto ao governo do Estado. A colaboração do prefeito de João Pessoa para a construção dessa escola não significou a sua municipalização, visto que até o início da década de 1970 a "Escola de Dona Toinha" permaneceu como "grupo escolar autônomo", e o único recurso público que a prefeitura provinha era o pagamento dessa professora que fora contratada como secretaria (COSTA, 2016, p.83).

A partir da década de 1970 até final da década de 1990 a cidade de João Pessoa viveu um *boom* urbano, o que resultou no crescimento da população de Paratibe, visto que muitas pessoas estranhas à comunidade passaram a habitá-la, motivadas, sobretudo, pela facilidade com que se adquiriam terrenos na localidade. Muitos antigos moradores/as fascinados/as pela ideia de progresso e crescimento que a urbanização ensejava passaram a vender parte de suas terras a preços muito baixos, sobretudo, porque a falta de infraestrutura no local desvalorizava-os. Esse fenômeno aumentou a demanda por serviços, sobretudo, educação, o que fez com que a "Escola de Dona Toinha" tenha se tornado insuficiente a atender a nova demanda (COSTA, 2016, p.84).

Porém esse fenômeno acelerou a municipalização dessa escola. No entanto, não foi um processo fácil e rápido, tão pouco significou que a escola municipalizada continuaria funcionando no mesmo local, sobretudo, porque se tratava da casa de "Dona Toinha" e nele se envolveram outros/as moradores/as que assim como os familiares da Professora Toinha gozavam de prestígio na comunidade e passaram a negociar entre si e com o prefeito da cidade de João Pessoa a institucionalização da escola.

Assim na década de 1970, as famílias do Senhor Domingos José da Paixão e a de Dona Antônia passaram a discutir a construção de uma escola pública. Ambas as famílias dominaram a discussão porque eram as principais detentoras de propriedades e posses de



terras. A família Paixão em Muçumagro desejava que a escola fosse construída nessa localidade, enquanto a família de Dona Antônia proprietária de terra em Paratibe insistia que a escola permanecesse nas suas terras, sobretudo, porque nelas já funcionava a escola autônoma e com subvenção da prefeitura de João Pessoa. Pois essa professora desde 1954 fora contratada pela Prefeitura de João Pessoa no cargo de Secretária, o que justificava a prática de professora na sua escola. Depois de longas discussões as famílias chegaram ao consenso e decidiram que a escola municipal seria construída em Paratibe, pois nessa localidade não havia nenhuma escola pública. As famílias ainda acordaram que a próxima escola pública seria de ensino médio e construída em Muçumagro (COSTA, 2016, p.85).

A decisão levou Dona Antônia a doar a Prefeitura Municipal de João Pessoa uma extensão de terra de sua propriedade para que no local fosse construída a escola. Assim em 1972 foi inaugurado o:

Grupo Escolar Municipal José Peregrino de Carvalho, no período do Governo Estadual de Ernani Sátyro (1971-1975), sendo uma obra realizada na Gestão Municipal do Prefeito Dorgival Terceiro Neto (1971-1974), contava inicialmente com quatro salas, respectivamente: Uma diretoria, uma cantina e mais duas para aulas (COSTA, 2016, p.83).

O Grupo Escolar Municipal José Peregrino de Carvalho absorveu os/as alunos/as que frequentavam a Escola de “Dona Toinha”, e os que chegavam para morar na comunidade, substituindo-a. Porém Dona Antônia, que já era funcionária da Prefeitura Municipal de João Pessoa passou a administrar esse grupo, e não se limitou apenas a dar aulas. Na escola ela foi tudo, secretária e diretora; cargo que assumiu em 1972 e permaneceu até 1992 quando faleceu. Uma professora que a conheceu e dividiu com ela o espaço da escola, assim se referiu a “Dona Antônia”.

D. Antônia fazia tudo nessa escola, resolvia tudo, sabia lidar com todo mundo como ninguém, era muito ativa e determinada. Foi responsável pela fundação desta escola e diretora desta unidade escolar entre 1972 até sua morte em 1992, se estamos aqui hoje é graças à ação dela (COSTA, 2016, p.86).

Em 1992 Dona Antônia encerrou sua carreira como professora profissão que provavelmente exerceu desde 1950, quando fundou na sua casa a primeira escola de Paratibe, a escola de “primeiras letras” como se chamava na época e ficou conhecida como “Escola de Dona Toinha”. Essa sua experiência levou a Prefeitura de João Pessoa a fundar na comunidade o Grupo Escolar Municipal Peregrino de Carvalho, e outorgar-lhe o comando,



pois por 20 anos nessa escola assumiu a função de secretária, professora, e diretora, só deixando-a quando faleceu.

Se outrora a comunidade sob a liderança de Dona Antônia se mobilizou em defesa da construção da escola pública, em 1992 após a morte dessa professora, a comunidade de Paratibe em comunhão com a comunidade do Grupo Escolar Municipal Peregrino de Carvalho se reuniu e se mobilizou e reivindicou da Prefeitura de João Pessoa a mudança do nome desse grupo escolar, que passou a denominação de Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia do Socorro Silva Machado, uma forma não só de homenageá-la, mas de mantê-la próxima a escola que ajudou a construir e educou gerações de pessoas negras.

Assim Dona Antônia durante sua trajetória como professora e diretora da escola manteve essa instituição próxima à comunidade, uma vez que era parte desta, e não uma estranha, certamente conhecia como ninguém os/as alunos/as, seus problemas e suas necessidades de aprendizagem. Condições que fizeram da Escola de “Dona Toinha” e do Grupo Escolar Municipal Peregrino de Carvalho, escolas quilombolas. Ainda que na época essa professora e os demais moradores de Paratibe desconhecêssem esse vocábulo como categoria social ou condição política. Todavia era o fazer, o ser e estar no mundo que os definiam quilombolas; conceito que eles só compreenderam e incorporam pós 1988.

A Escola Municipal Prof^a Antônia do Socorro Silva Machado e a Educação Escolar Quilombola

A efetivação da educação escolar quilombola na EMEF Antônia S. S Machado está diretamente relacionada à primeira experiência escolar desenvolvida na comunidade de Paratibe ainda nos anos 1950, uma vez que à antiga “Escola de Dona Toinha”, foi uma iniciativa dessa comunidade. O processo prosseguiu com a fundação do Grupo Escolar Municipal Peregrino de Carvalho nos anos 1970, resultado da mobilização da comunidade por educação, e continuou, pois em 2015 a comunidade escolar construiu o projeto Raízes, o que levou a em 2016 buscar formação docente na área de história e cultura afro-brasileira e africana, demonstrando assim o interesse da comunidade escolar em querer construir um currículo na perspectiva da educação escolar quilombola. Foi com o intuito de suprir essa demanda que a gestão e equipe pedagógica buscaram a UEPB. A partir de então, essa instituição de ensino superior passou a executar o projeto de extensão: “Saberes e Fazeres Afro-brasileiros e Indígenas na Sala de Aula” junto aos/as professores/as com o objetivo de colaborar com a efetivação da educação escolar quilombola.

Assim depreendemos que a efetivação da educação escolar quilombola, se constitui um processo longo e permanente, sobretudo, porque não depende apenas da decisão do



gestor escolar ou de um grupo de professores/as, mas exige a participação de outros segmentos envolvidos na educação, a exemplo da comunidade quilombola, escola e secretaria da educação, uma vez que essa modalidade de educação está diretamente relacionada à aplicação das políticas de ações afirmativas para às populações negras e quilombolas.

Portanto, efetivá-la exige decisão do gestor público em garantir as populações negras, em especial, os quilombolas, o direito a educação diferenciada. Não se trata de mantê-los alijados da sociedade, mas se trata do reconhecimento e valorização da sua cultura, de modo que esta seja trabalhada na escola; e assim escola e comunidade caminhem juntas na formação do cidadão, formação que não seja distante da realidade cultural de quem vive na comunidade.

Todavia, apenas a formação de professores/as na área de história e cultura afro-brasileira e africana não é suficiente à efetivação da educação escolar quilombola. Faz-se necessário a garantia da infraestrutura da escola e os materiais didáticos necessários aos/as professores/as desenvolverem suas praticas em sala de aula, além do permanente dialogo da escola com a comunidade quilombola, sobretudo, porque o currículo deve ser construído a partir dos modos de ser e ver da comunidade.

Na EMEF Antônia S. S Machado a educação escolar quilombola está em construção e efetivá-la se constitui desafio permanente, visto professores/as e gestores/as ao longo do tempo ter se distanciado da comunidade de Paratibe. Esse processo desde outrora foi identificado pela comunidade escolar, e essa desde 2015 com a efetivação do Projeto “Raízes Quilombolas” vem retomando o dialogo com a comunidade. Para tanto, pais e lideranças locais são convidados a tomar parte na construção do currículo escolar. Essas iniciativas são relevantes, mas a participação dos agentes comunitários não pode limitar-se a tais ações. É importante que participem efetivamente da discussão acerca da elaboração de políticas para as populações negras e quilombolas, uma vez que a educação escolar quilombola faz parte desse processo.

A ausência do dialogo entre escola e comunidade prejudica o fazer dos/as professores/as em sala de aula na efetivação da educação escolar quilombola, sobretudo, quando crianças negras de famílias evangélicas são previamente orientadas em casa a na escola não participarem das atividades pedagógicas relativas à cultura afro-brasileira, as quais são inerentes à comunidade. No entanto, famílias evangélicas consideram-nas diabólicas, e proibem seus filhos de participarem, conforme relatou uma aluna do 6º ano, que disse ter contrariado a orientação da família e durante a festa junina que a escola organizou em 2017, ela dançou coco. Fez isso, porque disse não vê problema em a pessoa ser evangélica e gostar de dançar.



Eu gosto de dançar. A minha mãe não gosta que eu dance, mas eu danço assim mesmo. Ela não gosta porque é evangélica. Eu acho que não tem nada a ver ser evangélica e não poder dançar. Minha mãe foi ser evangélica por causa da minha irmã que é. Eu não sou evangélica, gosto de dançar, gosto de tudo que acontece na escola. Essa coisa de ser evangélica e não poder dançar é o povo que inventa. (Menina de 11 anos, estudante do 6º ano de uma escola pública municipal de João Pessoa) (CARVALHO, 2017, p.57).

A fala dessa aluna é uma evidência da falta de diálogo entre escola e comunidade, ou seja, entre o fazer cultural da escola e as famílias, uma vez que como instituição promotora da aprendizagem e construção de saberes, a escola deve manter uma prática concatenada com a comunidade, e assim integrar ao currículo as manifestações que lhes são inerente, o que contribuirá para a valorização e manutenção das culturas, ajudando alunos/as e professores/as a construírem as suas identidades.

Outro empecilho à efetivação da educação escolar quilombola é o fato de o corpo docente da escola não pertencer à comunidade, e, por tanto, desconhecem a realidade local, nos modos de ser, pensar, agir e está no mundo. O desconhecimento da cultura quilombola leva muitas vezes por parte de alguns docentes o preconceito, nem sempre exaltado, mas silenciosamente cultivado e reproduzido.

Em meio a essa realidade os docentes buscaram formação na área de história e cultura afro-brasileira e africana, e assim se aproximado da comunidade de Paratibe. Desde então passaram a incorporar a sua prática pedagógica em sala de aula elementos concernentes a essa comunidade, e construído um currículo que se aproxima da comunidade nos vários aspectos, e paulatinamente estão efetivando a educação escolar quilombola, à medida que tem refletido sua prática, se compreendido e possibilitado aos/as alunos/as compreender-se no mundo.

No final de 2016 quando concluímos a primeira versão da formação continuada dos professores/as com o Curso de Extensão: Saberes e Fazeres Afro-brasileiros e Indígenas na Sala de Aula identificamos mudanças no comportamento de alguns docentes, sobretudo, no que diz respeito às práticas pedagógicas, visto terem passado a inserir os conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo da escola. As mudanças foram mais recorrentes entre professores/as do ensino fundamental I, e com menor incidência entre os do ensino fundamental II. No geral, a religiosidade afro-brasileira e indígena foi pouco ou não trabalhada, tanto pelos/as professores/as do Ensino Fundamental I, quanto pelos do Ensino Fundamental II.

Outro aspecto relevante a ser ressaltado é a abordagem dos conteúdos, mesmo que tenhamos trabalhado a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena na perspectiva da



resistência, professores/as quando se referiram a esses conteúdos em sala de aula, nem sempre ultrapassaram a perspectiva da escravidão e do preconceito racial.

No entanto, à medida que os módulos do curso transcorreram, professores/as foram incorporando as suas atividades em sala de aula os conteúdos estudados e, relacionando-os ao Projeto Político Pedagógico da escola, eles foram mudando a forma de abordá-los. A mudança também se evidenciou nos tipos de gêneros discursivos utilizados para ensinar e aprender conteúdos de história e cultura afro-brasileira e indígena, visto que alunos/as demonstraram a construção do conhecimento usando o cartaz, mais também a relação com as expressões artísticas, a exemplo da dança, o teatro e a música.

A música foi um gênero textual presente na sala de aula em associação com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana trabalhados pelos/as professores/as do ensino fundamental I, como foi o caso da música Tabuleiro da Baiana, de Ary Barroso, cantada por Dorival Caymmi, cuja letra faz referência às diversas expressões da cultura afro-brasileira.

Na aula, os/as alunos/as ao dançarem, expressaram o conhecimento através das coreografias, ritmos e vestimentas, mais também a partir da letra da música aprenderam sobre alguns elementos da cultura afro-brasileira, a exemplo da culinária e religiosidade, representadas respectivamente nas palavras vatapá, caruru, mungunzá, canjerê e candomblé.

Outra mudança que identificamos na prática dos/as professores/as foi à relação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena com a realidade da comunidade de Paratibe, o que possibilitou uma das professoras a compor uma música em ritmo de coco e na letra evidenciar a história das pessoas negras desde o tráfico da África a condição em que vivem em Paratibe.

Esse foi um exercício de aprendizagem primeiro para a professora, e, sobretudo, para os/as alunos/as que se identificaram e se reconheceram no conteúdo trabalhado em sala de aula e assim perceberam que a comunidade onde moram possui história e eles são partes dela.

Afora o aprendizado sobre história da África e das pessoas negras no Brasil também foi relevante o conhecimento e a valorização do coco; um dos ritmos musicais inventados pelas pessoas negras e que faz parte do repertório artístico cultural brasileiro, enunciado na Embolada África, Paratibe.

O principal objetivo da formação no curso de extensão foi possibilitar aos/as professores/as elementos indispensáveis à construção de um currículo escolar pautado na educação escolar quilombola, de modo que sejam capazes de trabalhar na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais. Nesse sentido, em 2017 as atividades alusivas às comemorações do São João; festa tradicional no calendário nordestino e que faz parte da



escola foi marcada pela diversidade de ritmos, vestimentas, cores, e comidas evidenciando assim a construção do currículo quilombola, uma vez que professores/as partiram das manifestações culturais comuns a comunidade de Paratibe e possibilitaram aos/as alunos desde a educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental ampliarem o universo cultural e assim perceberem no mês de junho como a Festa de São João é comemorada Brasil a fora com ritmos e cores que se complementam e mostram a diversidade cultural que o caracteriza.

Cada grupo de alunos/as sob a orientação de um professor/a pesquisou e encenou uma dança característica de cada região do Brasil. A festa de São João se constituiu numa viagem pelas cinco regiões brasileiras, através dos ritmos, danças e cores. Assim aprenderam que as festas brasileiras trazem na essência uma característica da cultura tradicional africana, qual seja, a não separação entre o sagrado e o profano. Uma vez que a festa joanina possui como centro das comemorações os santos/as cristãos/ãs católicos/as: Santo Antônio, São João, São Pedro e Santa Ana, no entanto, é regada a muita comida, dança, cores, diversão, alegria e muita fé.

Outra atividade relevante à efetivação da educação escolar quilombola foi à associação dos conteúdos da formação continuada com o Projeto Cultural Literário, o que levou professores/as escolherem e lerem com os alunos as Obras: “Os Contos da Velha Totonha” e “Menino de Engenho”, do escritor paraibano José Lins do Rego. Ler as obras desse escritor permitiu-lhes transportarem-se à Paraíba de final do século XIX, e entender um dos tantos Brasis, que passou a configurar-se em meio à modernidade. Uma realidade que conforme narra José Lins do Rego não chegou ao mundo da sua família, sobretudo, na relação que eles mantinham com a terra, e com as pessoas negras livres, pobres, e trabalhadores/as. A escravidão apesar de abolida desde 1888 se manteve em Pilar no tipo de relações entre os donos de engenhos e os trabalhadores. As relações de trabalho nem sempre se modernizaram, mas se mantiveram nos moldes da casa grande e senzala; uma vez que os ex-escravizados, feitos trabalhadores/as livres, permaneceram presos a terra e subservientes ao coronel José Paulino.

Da leitura de “Os Contos da Velha Totonha” e “Menino de Engenho” surgiram duas atividades pedagógicas relevantes, a visita ao “Engenho Corredor”, localizado na cidade de Pilar, interior da Paraíba, atividade restrita aos professores/as e a “Contação de Estórias”, atividade voltada para alunos/as e professores/as do Ensino Fundamental I.

No Engenho Corredor, paisagem, mobília, arquitetura e objetos e instrumentos remetem ao trabalho de produção de açúcar, e exige força física, o que demonstra que o processo era terrível dada à quentura com que o mel fervia na tina. Todo o espaço possui janelas, uma evidencia de que na hora da produção de açúcar, o calor era insuportável. Esse fora o único local em que um dos homens negros que estava na cozinha e se juntou ao grupo



de professor, ousou falar. Com a voz baixa e meio embargada como se estivesse desautorizado a dizer algo sobre o passado daquele engenho, ele falou. O homem negro se dirigiu ao moinho de pedra e mostrou ao grupo de professor/a que se adiantaram na visita, como esse instrumento funcionava, ou seja, como era ralado o milho e produzido o fubá usado na preparação dos alimentos da família. “Exigia força”, disse ele, uma vez que o milho era quebrado no atrito entre duas rodas de pedra que circulava com a força impetrada pela pessoa, naturalmente uma mulher negra. Depois da tal demonstração o homem negro chamou alguns professores/as para fazer movimentar o moinho de pedra. Uma das professoras ao experimentar logo se queixou da força feita nos braços, sobretudo, o braço direito, e da dor na coluna, uma vez que a força exige do corpo certa inclinação para frente e pressão sobre as pernas, visto que para uma roda de pedra rolar sobre a outra é indispensável que os pés da pessoa que manipule o moinho estejam firmes no chão para assim dar sustentação ao corpo que além de inclinado para frente ficava encostado na bancada de madeira, de modo que os braços tivessem apoio e força para fazer girar as rodas de pedra.

As histórias da Velha Totonha escritas pelo escritor paraibano José Lins do Rego, e contadas para as crianças em sala de aula são narrativas que trazem elementos do universo afro-brasileiro, a exemplo da Velha Totonha, uma preta contadora de história, que se assemelham aos griots africanos, e as tantas avôs existentes na comunidade de Paratibe, sobretudo, criadoras das histórias que contam. A Velha Totonha e suas histórias remetem ao universo da comunidade de Paratibe, onde os/as idosos/as e suas histórias são marcantes. Por isso, depois das histórias contadas na sala de aula, professoras e estudantes do fundamental I foram à comunidade ao encontro dos/as idosos/as com o propósito de que lhes contassem histórias. Nessa empreitada se depararam com o Senhor Carmelo, que não hesitou em contar suas histórias de pescador, as quais foram contadas por seu pai, que ouviu seu avô contar; histórias como a do Pai do Mangue. Trata-se de histórias relacionadas à vida cotidiana das pessoas da comunidade, visto que no imaginário dos pescadores, o Pai do Mangue era uma espécie de entidade, espírito que protegia o mangue, seu lugar de morar. Portanto, como as pescas eram realizadas a noite, horário em que o Pai do Mangue estava dormindo era comum os pescadores pedir-lhe licença para pescar e assim a pesca ser bem sucedida. Tratava-se de histórias de trancoso, iguais aquelas contadas pela Velha Totonha, cuja função era a de amedrontar as crianças e fazê-las dormir mais cedo.

Além do Pai do Mangue outro personagem que povoa o universo dos/as idosos/as e crianças de Paratibe e é retomado nas histórias narradas é a Comadre Fulozinha, uma entidade guardiã das matas, a quem os caçadores deviam reverenciar ao adentrar a mata. Logo, para que a caça ou coleta de frutos e lenha fosse bem sucedida era importante o



caçador deixar para a Comadre Fulozinha fumo, sal e farinha num determinado local da mata e assim ela o protegia e livrava-o dos perigos. Caso o caçador não desse de comer a essa entidade ela fechava os caminhos e a caça era mal sucedida. Essa é uma prática que remete aos valores civilizatórios afro-brasileiros e indígenas, sobretudo a religiosidade, cujas entidades, deuses e deusas habitam a natureza, a exemplo das matas. Uma evidência de que a religiosidade afro-brasileira e indígena e por extensão a da comunidade de Paratibe não é uma prática dissociada da vida cotidiana; pescar, caçar, plantar e colher; são práticas que remetem ao universo do trabalho, mas estão associadas e relacionadas ao universo religioso. A arte de contar e recontar histórias possibilitou as professoras o contato e assim conhecer as/os idosas/os da comunidade; avós e avôs dos seus alunos/as, os chamados *griots* de Paratibe, portanto, detentores/as de saberes e histórias que fazem parte do universo e do imaginário dos/as moradores/as dessa comunidade. As histórias contadas são relevantes para que as crianças consolidem o pertencimento comunitário e construam sua identidade quilombola e negra.

Outra evidência de que a educação escolar quilombola está se construindo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia do Socorro Silva Machado está nos jogos escolares. Para tanto, essa atividade chamou-se “Jogos Escolares Afro-brasileiros e Indígenas” e constituiu-se de modalidades esportivas comumente conhecidas, a exemplo do futebol de salão e handebol, mas foram acrescentadas modalidades que remetem ao universo cultural dos povos indígenas, a exemplo do cabo de força e peteca.

As modalidades disputadas entre alunos/as foram associadas aos conteúdos do curso de formação continuada de professores/as: Saberes e Fazeres Afro-brasileiros e Indígenas. Assim professores/as organizadores/as aproveitaram o espaço dos jogos para implementar a educação escolar quilombola, a medida que inseriram nos jogos algumas modalidades esportivas características das práticas culturais indígenas, a exemplo do cabo de força. Outras modalidades foram apontadas e podem ser inseridas; como o arco e flecha, a corrida de tora e o lançamento de vara, mas devido à infraestrutura da escola ainda não foi possível incluir essas modalidades, no entanto, foram apontadas pelos organizadores/as como possíveis. Além das modalidades esportivas outro aspecto denotativo do processo de implementação da educação escolar quilombola no currículo escolar a partir dos jogos escolares se deu no momento de formação das equipes; cada equipe esportiva foi denominada com o nome de uma etnia indígena. Durante uma semana meninos e meninas compuseram a equipe potiguara, funilô, cariri, tabajara, e jogaram, disputaram entre si, venceram, perderam, brincaram se machucaram; experimentaram a relação e convivência com o outro em torno de um ideal, a participação e o respeito.



Considerações Finais

O desenvolvimento do projeto de formação: Saberes e Fazeres Afro-brasileiros e Indígenas na Sala de Aula possibilitou aos/as professores/as rever suas práticas pedagógicas, sobretudo, no que diz respeito aos conteúdos que contemplem a educação escolar quilombola e o que preconiza a Lei 10.639/2003. Desta feita não se tratou de executar na escola uma ação pontual com tais conteúdos, mas inseri-los no currículo, visto a educação escolar quilombola esta posta no Projeto Político Pedagógico da Escola. Nos anos 2016/2017 as ações ocorreram de forma permanente e contínua e desenvolvidas por professores/as das diversas áreas do conhecimento, e em tempos e momentos diferentes, e a partir de várias metodologias, o que fez com os conteúdos fossem sempre discutidos. Assim se manteve uma prática em consonância com a proposta curricular da escola que foi dividida em 04 eixos temáticos os quais foram desenvolvidos ao longo dos 04 bimestres, e se coadunou com o projeto de formação executado, o projeto Raízes e o Projeto Cultural Literário, denominado Histórias Orais e Identidade Étnico-racial na Escola Quilombola.

Este projeto contemplou o autor José Lins do Rego e duas das suas obras literárias foram trabalhadas com os estudantes. Assim ficou definido “Estórias da Velha Totonha” para os estudantes do Ensino Infantil e Fundamental I e “Menino de Engenho”, para o Fundamental II e EJA.

Outra evidência de que os conteúdos da formação continuada foram incluídos no currículo escolar e resultaram em novas ações e práticas pedagógicas na escola é o fato de que nas comemorações alusivas as festas joaninas, as danças relacionadas à cultura afro-brasileira foram contempladas, a exemplo do côco de roda e a ciranda; ritmos mais característicos da região nordeste. A culinária também fez parte com as comidas típicas e feitas a partir do milho, a exemplo do angu, mungunzá canjica e pamonha. Além disso, foram trabalhados artistas negros, cuja produção artística, sobretudo, o ritmo está relacionado com a história e cultura afro-brasileira, a exemplo do cantor, compositor e percussionista Escurinho, que durante a festa cantou e tocou ciranda e levou professores/as e estudantes a dançarem.

Os trabalhos desenvolvidos pelos/as professores/as em sala de aula são denotativos de que a escola está em processo de construção do currículo na perspectiva da educação escolar quilombola, o que significa a institucionalização da escola quilombola. Esse é um processo lento, uma vez que não depende apenas da formação, mas do modo como cada o/a professor/a compreende sua prática cotidiana em sala de aula, como ele se vê no mundo e enxerga os sujeitos/alunos/as com quem lidam cotidianamente. Por outro lado exige investimento por parte da Secretaria de Educação no sentido de dotar a escola de infraestrutura física e material didático indispensável ao professor desenvolver sua prática.



Portanto, é uma ação educativa que passa pela mudança de percepção da história e cultura, de compreensão do currículo e de escola, o que exige romper com os paradigmas eurocêntricos e demonstrar disposição e vontade política para reinventar-se e reinventar a escola, o que é possível. Nesse processo nem sempre os sujeitos estão dispostos, sobretudo, porque suas práticas e orientações pedagógicas e fundamentações teóricas nem sempre estão em consonância com as transformações inerentes a sociedade, a escola e a comunidade, o que faz com que continuem com práticas que não correspondem à realidade social, cultural e política da comunidade de Paratibe, o que é normal visto que a construção da educação escolar quilombola perpassa pela ação e mudança individual e coletiva. Primeiro professores/as se transformam juntos/as transformarão a escola e esta a comunidade.

A educação escolar quilombola é parte da educação para as relações étnico-raciais, o que exige do/a professor constante crítica de sua prática, de modo que esta atenda as demandas da comunidade de Paratibe. Não se trata apenas de ministrar conteúdos em sala de aula, ainda que seja durante o ano letivo, mas incide, sobretudo, na mudança de comportamento e de tratamento com relação às pessoas negras e suas práticas culturais. A educação escolar quilombola não é um exercício que se executa apenas no interior da escola, mas transcende as paredes dessa instituição e diz sobre a forma como cada professor/sujeito/cidadão se vê no mundo e se relaciona com as culturas afro-brasileiras e indígenas. Não adianta ministrar para os/as alunos/as da escola uma excelente aula e continuar fazendo vistas grossas para as pessoas negras na rua, ou considerando que suas práticas culturais, principalmente as religiosidades são práticas menores, incivilizadas e diabólicas.

A perspectiva da educação escolar quilombola é o respeito à diversidade étnico-racial e de gênero, não a imposição de uma cultura sobre outra. Cada professor/a tem sua cultura que pode se diferenciar ou se assemelhar a cultura da comunidade de Paratibe e dos/as alunos/as com quem lidam. Por isso, ensinar conteúdos escolares aos meninos e meninas dessa comunidade não significa impor-lhe algo, mas partir do mundo real concreto onde eles habitam para o que almejamos como docentes, que eles dominem o conhecimento escolar e científico a partir de elementos que lhes são inerentes.

Portanto, é importante que professores/as estejam abertos às diversidades de culturas, às novas estratégias de aprendizagens de conteúdos, metodologias e abordagens. A Educação escolar quilombola já está em ebulição na escola, o que fez com que durante os anos letivos 2016/2017 alguns professores/as tenham se incomodados quando foram chamados a participar da construção dessa modalidade de educação e a criar novas possibilidades de aprendizagem e abordagens de conteúdos.



Os fazeres e saberes executados em sala de aula denotam que uma nova escola é possível, sobretudo, que atenda aos interesses da comunidade de Paratibe, portanto, um/a novo/a professor/a também é possível, basta apenas que esteja atento ao mundo e as coisas que estão no seu entorno. As ações desenvolvidas pelos docentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof^a Antônia do Socorro Silva Machado evidenciam que novos profissionais da educação estão se construindo à medida que passaram a trabalhar a partir do mundo real concreto dos/as alunos/as com quem lidam cotidianamente.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola: algumas informações**. Brasília: MEC, 2011.

BRASIL. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. **Resolução N° 08, de 20/11/2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília: MEC, 2012.

CARVALHO, José Élson de. **Relatório do Projeto de Extensão Saberes e Fazeres Afro-brasileiros e Indígenas na Sala de Aula**. Guarabira: UEPB, 2017.

CARRIL, Lúcia de Fátima Bezerra. Os desafios da Educação Quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. In. **Revista Brasileira de Educação**. Vol. 22, n° 69, abril/junho/2017, p. 542. Acessível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782017226927>.

CAVALCANTE, Y. Y. L. **O Ensino de Geografia na Educação quilombola: experiência na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia Socorro da Silva Machado: Comunidade Negra Paratibe-PB**. João Pessoa: PPGG/UFPB, 2013. (Dissertação de Mestrado).

COSTA, Iany Elizabeth da. **A Ressignificação da Identidade Quilombola na Comunidade de Paratibe**, João Pessoa-PB: uma análise a partir dos processos de resistência. João Pessoa: UFPB, 2016. (Dissertação/Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos).

GONÇALVES, Maria Ronizia Pereira. **Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território de Paratibe**. João Pessoa: INCRA – SR-18: Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ, 2010.

